

HISTORICISMO: ANTIGAS E NOVAS QUESTÕES

*Francisco José Calazans Falcon**

Resumo

O texto trata da atualidade do debate sobre o historicismo. Sua estratégia é a da consideração dos sentidos do conceito de historicismo com relação à realidade histórica (o antropológico e o cosmológico) e ao sentido da noção de historicidade (o ontológico e o epistemológico).

Palavras-chave: Historicismo, conceitos, sentidos.

Se o grande princípio subversivo da modernidade é o historicismo – uma forma de relativismo que situa o significado das idéias e dos acontecimentos no seu contexto histórico, e no qual a história, em lugar da filosofia e da natureza, se torna o árbitro da verdade –, o pós-modernismo agora nos confronta com uma forma de relativismo muito mais subversiva, um relativismo tão radical, tão absoluto, ao ponto de ser antitético tanto em relação à história quanto em relação à verdade (HIMMELFARB, 1994, p. 131).

A crítica radical de Himmelfarb, endereçada sobretudo ao pós-modernismo, não hesita, para tanto, em apresentar uma caracterização unilateral e simplista do historicismo propriamente dito. Trata-se, sem dúvida, de um artifício retórico: o exagero ou acentuação do “relativismo”, como elemento definidor por excelência do historicismo, serve para

* Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

permitir o convencimento do leitor acerca do caráter infinitamente mais “subversivo” que assume tal relativismo no âmbito da pós-modernidade. Nota-se que num e noutro caso, isto é, no contexto da modernidade e da pós-modernidade, a perspectiva da autora é francamente negativa. Estamos, assim, diante de um exemplo, apenas um dentre os muitos possíveis, de como o conceito de historicismo se presta ainda hoje a interpretações, as mais diversas e contraditórias, embora num sentido predominantemente negativo.

No presente artigo tentaremos recuperar algumas das antigas questões concernentes à história do historicismo e, a seguir, formular algumas outras, relacionadas com a atualidade desse conceito.

Palavras e conceitos

Do ponto de vista das palavras, nossa questão se limita, a bem dizer, às diferenças entre “historicismo” e “historismo” do ponto de vista de sua adequação ao objeto que constituiria o seu referente: a crítica de razão histórica, a historicidade do saber, como características epistemológicas da escola histórica alemã, representada por Ranke e Droysen (apud GUSDORF, 1974, p. 451-454). Na opinião de Iggers (1997), seria ideal se pudessemos evitar o termo “historicismo” – dadas as muitas e não raro contraditórias significações a ele associadas –, ficando apenas com o termo “historismo”, que designa de maneira bastante precisa a visão de mundo e a prática acadêmica dos historiadores germânicos de boa parte do século XIX até os começos do século XX.

Todavia, em que pesem algumas opiniões em contrário, a utilização da palavra “historismo” não vingou entre os historiadores, e a palavra “historicismo” continua a suscitar querelas, embora esteja longe de ser eliminada do vocabulário histórico, como foi sugerido por E. Carr. Que não vingou é o próprio Iggers que afirma que o termo “historismo” virtualmente desapareceu da língua inglesa após a publicação das traduções dos textos de B. Croce nos anos 20 e 30, conforme, aliás, lembra Cantimori:

Storicismo no uso científico da palavra é a afirmação de que a vida e a realidade são históricas, nada mais que históricas [...] Mas o verdadeiro *storicismo* critica e supera o racionalismo

abstrato do iluminismo na medida em que é mais profundamente racionalista que este. (IGGERS, apud CANTIMORI, 1965, p. 10)

A palavra “historicismo” corresponde à tradução da sua congênera alemã *historismus*, na mesma clave de substantivação conceitual de relações práticas ou processos históricos em que é rica a língua alemã e que constitui a origem de tantos “ismos” contemporâneos. Uma vez criados, porém, tais “ismos” rapidamente se convertem em entidades dotadas de existência própria, verdadeiros agentes históricos, isto é, não mais conceitos (idéias), mas seres “reais”.

Ocorre, porém, no caso do termo “historicismo”, um problema específico: não é consensual a tradução de *historismus* como “historicismo”. Há nesse caso, afirma-se, um certo equívoco, pois o sentido germânico de *historismus* não é o mesmo de “historicismo”. Tentarei, assim, aclarar um pouco essa questão, tomando como ponto de partida a reconhecida polissemia de “história” e a ela acoplando o termo “historicismo”, já que este significa diferentemente conforme tenhamos em vista a “História” (história – matéria) ou a “história” (história – disciplina).

Em se tratando dos conceitos é preciso um esclarecimento prévio: para a grande maioria dos autores consultados, o conceito em discussão é o de “historicismo” cabendo a “historismo” a identificação com a manifestação especificamente germânica do mesmo fenômeno. Mas há também quem discorde e veja, conforme o caso, duas possíveis diferenças entre aqueles dois conceitos: “historismo” como tradução correta da perspectiva historiográfica criada pela escola histórica alemã; “historicismo” como deturpação ou visão crítica elaborada por K. Popper para desqualificar uma constelação de teorias sociais evolucionistas, “historistas” ou não.

A segunda diferença – que retomaremos mais adiante – teria a ver com a hipótese de uma distinção talvez possível entre o sentido ontológico/cosmológico próprio do “historicismo” e o sentido epistemológico/antropológico que se poderia associar ao “historismo”.

Vejam, portanto, alguns conceitos de “historicismo” sem nos preocuparmos aí com o “historismo”, ou melhor, entendendo-os como sinônimos. Começemos por Meinecke (1982, p. 12): “a medula do historicismo fundamenta-se na substituição de uma perspectiva generalizante das forças humanas históricas por uma consideração individualizadora”.

De acordo com Ferrater Mora (1983), qualquer definição do historicismo defronta-se com a necessidade de levarmos em consideração dois critérios: o âmbito do conceito de realidade histórica e o sentido da noção de historicidade. Se optarmos pelo primeiro critério, devemos reconhecer a existência de dois historicismos: um antropológico e o outro cosmológico, conforme se atribui o princípio da historicidade ao homem e à criação humana (cf. Vico) ou, então, a todo o cosmos (“evolucionismo”), historicizando as ciências da Natureza. No fundo, trata-se de situar o historicismo em relação à oposição entre o mundo da cultura e o mundo material.

No caso do segundo critério, também são dois os tipos de historicismo possíveis: um ontológico e o outro epistemológico. O primeiro postula a historicidade como constitutiva do real – articulando-se com o historicismo cosmológico, às vezes. Já o segundo parte do pressuposto de que o conhecimento/compreensão da realidade só pode efetivar-se através da perspectiva histórica, aproximando-se assim do historicismo antropológico.

Para um cientista social como José Arthur Rios (1986, p. 557-558), por “historicismo” deve-se entender o

ponto de vista de historiadores que (em fins do século XIX) atribuíram caráter único a todos os fenômenos históricos e sustentavam que cada época deveria ser interpretada em termos de suas próprias idéias ou princípios; ou, ainda, que, ao interpretar as ações do passado, é necessário abandonar qualquer referência às crenças, motivos e avaliações de sua [do historiador] época.

Entre os historiadores são muito variadas as posições a propósito do historicismo – sua definição/significado e seu valor em termos atuais. Cannon¹ (1988) e Carr² (apud CANNON, 1988) não pouparam críticas à palavra, seus confusos significados, sua extraordinária capacidade de sobrevivência apesar de todas as críticas recebidas. Bem mais equilibrada, longa, minuciosa, é a análise de Le Goff (1984). Baseando-se em Nadel, Mandelbaum e Iggers, o historiador francês descreve a trajetória do historicismo desde suas origens em Göttingen até sua crise após a Primeira Guerra Mundial. Manifestação típica da cultura germânica, mas não só, o historicismo esteve inicialmente associado à revolta romântica contra as Luzes, e seu apogeu corresponde ao prestígio da “escola histórica

alemã”, com W. von Humboldt, Leopold von Ranke e J. Gustav Droysen. O historicismo correspondeu à transformação da história em disciplina de profissionais especialistas, superando a tradição da história erudita e exemplar em favor de uma ciência racional e específica: a ciência da história.

“Historicismo” e “História” – o nível ontológico

História – *res gestae* –, isto é, a “realidade histórica”, significa aqui a “matéria do conhecimento histórico”, no dizer de Topolski (1985). Sobre o pressuposto ontológico da existência *real* da História – sua imanência –, assenta-se, epistemologicamente, o *realismo histórico* e sua teoria da “correspondência” (TOPOLSKI, 1994). Materialistas ou idealistas, as diferentes concepções a respeito do “verdadeiro ser” da História variam também bastante quanto aos seus atributos e cognoscibilidade. Com efeito, há um amplo leque de possibilidades desde a idéia de História como empírica caótica, indeterminada e “irracional”, até a idéia de História como totalidade estruturada, regida por leis, desenvolvendo-se ao longo de uma temporalidade linear segundo uma direção ou sentido racionalmente inteligíveis. A existência ou “realidade” da História constitui, então, apenas um primeiro pressuposto do historicismo.

A idéia de História como realidade imanente, no entanto, não significa muito. Ao historiador não basta saber que ela existe; é fundamental, também, indagar a respeito da natureza do objeto e da possibilidade de conhecê-lo como reflexo ou representação na mente do sujeito racional (o historiador). Para as teorias pertencentes à tradição kantiana, a natureza em si da História, como realidade empírica, é, por hipótese, irracional, e somente o historiador poderá aí introduzir um princípio de racionalidade.

Derivam de tais alternativas tanto as concepções relativistas como as científicas. Se as primeiras resultam do papel mais ou menos decisivo que se atribui ao sujeito, as segundas não se satisfazem com a teoria do reflexo. Trata-se, a rigor, de construir a teoria mais adequada ao conhecimento das leis que regem a realidade histórica, ou seja, atingir ou “desvendar” um “real mais real” que aquele constituído pelas aparências ou dados empíricos. Claro está, no entanto, que esse objetivo só é válido se admitir, como premissa, a racionalidade da História. Caso

contrário, pode-se apenas proceder como Weber – construindo “tipos ideais”.

O importante para nós é algo mais simples: para o “historicismo” o essencial vem a ser o fato de que a História é – existe em si mesma, como processo real, imanente e intrinsecamente racional; mais ainda: a História evolui/desenvolve-se no tempo conforme a lógica interna que lhe imprime sua própria direção ou “sentido” – o “progresso”. Assim, para além da certeza de que a História existe, temos, no historicismo, um segundo elemento – uma certa idéia acerca da natureza da História.

Há ainda, um terceiro elemento típico do historicismo, o mais conhecido: a afirmação de que a realidade é histórica, tudo tem história e existe na História. Se assim é, a historicidade não constitui apenas uma dimensão do real ou uma de suas formas possíveis de apreensão, pois, em princípio, tudo é histórico. Não é muito difícil, então, compreender-se por que os adeptos do “conhecimento científico” repelem com vigor as perspectivas “historicistas”, especialmente esse “terceiro elemento”.

Historicismo e “história”

“A história fala da História”, lembra-nos P. Vilar, mas é necessário lembrar que há maneiras bem diversas de produzir essa fala. Essa pluralidade de falas, que nada mais é do que a das escritas da história, remete-nos a lugares distintos do ponto de vista de seus pressupostos epistemológicos e das respectivas formas de inteligibilidade com relação ao material histórico – a História-matéria. Todas elas, ou quase todas, partilham, em princípio, da mesma certeza com relação à “realidade” da História. Temos aí uma tradição que remonta à antiga Grécia, segundo a qual há que se distinguir entre fato e ficção e não se perder de vista as diferenças entre pensamento racional e imaginação. Assim sendo, o texto histórico deve ser compreendido em referência ao respectivo contexto, admitindo-se que esse contexto possui uma objetividade que não se confunde com a subjetividade do historiador, bem como um elemento de racionalidade que pressupõe elementos de intersubjetividade nos métodos de investigação histórica (IGGERS, 1998, p. 19-37).

Sobre o solo comum constituído por tais premissas – objetividade e racionalidade – desenvolvem-se, no século XIX, aquelas formas de inteligibilidade típicas das historiografias modernas: a discursivo-expli-

cativa, a hermenêutica e compreensiva, e a materialista dialética. Corresponde a primeira ao empirismo cientificista, ou “positivismo”, com o seu discurso nomológico e explicativo referido ao paradigma galilaico-newtoniano, cada vez mais evolucionista na segunda metade do século XIX. Tratava-se, em resumo, de aplicar ao conhecimento histórico os mesmos princípios e métodos já demonstrados como eficazes no campo das “ciências naturais”, ou da matéria. Assim, acreditava-se então, o conhecimento preciso, rigoroso, dos fatos e seu encadeamento em seqüências narrativas cronologicamente rigorosas e verdadeiras, em termos objetivos, propiciariam a explicação causal dos acontecimentos e fariam avançar o conhecimento em direção ao estabelecimento das leis gerais ou universais que regem a História. Historicistas, portanto do ponto de vista ontológico, esses cientificistas ou positivistas estavam a léguas de distância do “historismo”.

A segunda das formas de inteligibilidade anteriormente citadas – a hermenêutica e compreensiva – tem como ponto de partida a negação da distinção/separação entre sujeito e objeto de conhecimento, umas das principais características, por sinal, da “modernidade epistemológica” (GUMBRECHT, 1998, p. 13-21). Temos assim, na historiografia, a partir do Romantismo, pelo menos, o “historicismo propriamente dito” (epistemológico) ou “historismo”, também chamado de “culturalismo”.

O historicismo “culturalista” ou “historismo” parte da distinção radical entre “natureza” e “cultura” ou entre dois “mundos”: o natural e o humano. Citando Vico, há uma distância incomensurável entre o mundo das coisas que Deus criou e o das coisas criadas pelo próprio homem, ou *verum factum*. Nenhum denominador comum é então possível e, em consequência, se a inteligibilidade discursiva e explicativa é válida para o mundo natural, o mesmo não se aplica ao mundo da cultura, cuja inteligibilidade possível é hermenêutica e compreensiva (FERRATER MORA, 1983).

Metodologicamente individualizante, o historicismo culturalista é organicista quanto à sociedade e centrado nos indivíduos históricos, do ponto de vista da sua interpretação e compreensão. Como decorrência de tais premissas, o historicismo/historismo postula que nas ciências humanas, ou “do espírito”, ao contrário das ciências da natureza, há uma identidade fundamental entre sujeito e objeto do conhecimento que compromete o princípio de objetividade, ao mesmo tempo que traz ao

primeiro plano a questão da significação ou “sentido” das variações humanas, impossível de ser apreendido fora do conhecimento da especificidade do “outro” e da busca de compreensão e interpretação de sua “diferença” ou individualidade histórica – sua historicidade intrínseca.

A terceira das formas de inteligibilidade mencionadas, a materialista dialética – ou, quanto ao que ora nos interessa mais de perto, o materialismo histórico –, contém elementos que podem ser interpretados tanto num sentido positivista ou cientificista, presente em algumas das versões mais “ortodoxas” do marxismo, quanto de uma forma “historista” ou historicista, especialmente a partir de Lukacs e Gramsci. O materialismo histórico é historicista do ponto de vista ontológico, mas, em termos epistemológicos, ao propor a superação da oposição entre natureza e cultura, em nome da dialética respectiva, visou à construção da “ciência da História”, na qual o conhecimento histórico deverá ter as características científicas de uma verdade objetiva, distinta tanto da teoria do reflexo, típica do empirismo positivista, quanto do racionalismo idealista e subjetivista, ou objetivista (Hegel). Segundo alguns marxólogos, as leituras historicistas do materialismo histórico se justificariam a partir das muitas ambigüidades presentes nos textos de Marx e Engels, sobretudo naqueles produzidos pelo “jovem Marx”. Trata-se aí de um debate aparentemente interminável, mas de profundas conseqüências para a história do marxismo, sobretudo para o chamado marxismo ocidental (ANDERSON, [s.d.]).

A partir das palavras e dos conceitos a elas associados tentamos explicitar algumas das relações possíveis entre o “historicismo” e os dois sentidos principais do significante “história” aqui considerados em função de dois níveis ou perspectivas – o ontológico e o epistemológico. Tentaremos, a seguir, caracterizar em suas linhas principais o processo de desenvolvimento histórico do próprio historicismo. Vale talvez observar, no entanto, algumas questões prévias mais gerais:

1. Embora se denomine o século XIX como “o século da História”, é preciso também neste caso retomar a distinção entre “História” e “história”, pois aquela afirmação adquirirá conotações diferentes conforme se tenha em vista a aceitação ou o reconhecimento da realidade da História como processo – e daí as idéias de progresso, evolução, desenvolvimento – ou como produção do conhecimento histórico, o labor historiográfico, a escrita da história.

2. Em se tratando da chamada “invenção da História” (WEHLING, 1994), é necessário não perder de vista dois fatos – primeiro, a “descoberta do mundo histórico” ou da consciência histórica, devido aos filósofos da Ilustração (CASSIRER, 1950; GUSDORF, 1974); segundo, a emergência da concepção de uma “História em si”, de História como um “singular coletivo”, de acordo com as análises de R. Koselleck (1985).

3. Apesar de as reações à filosofia hegeliana terem assumido, nos meados do oitocentos, a característica de luta da ciência contra a metafísica, as desconfianças em relação às “filosofias especulativas” da História não esvaziaram a crença de boa parte dos intelectuais na realidade do processo histórico. Assim, rejeitada, em princípio, pelo pensamento “positivo”, hostil à “metafísica”, a História como que “retorna pela porta dos fundos”, quer no âmbito do positivismo, quer no do marxismo.

Resulta desse fenômeno o fato de podermos identificar, de um lado, um historicismo naturalista e, de outro, um marxismo historicista. As duas concepções derivam da fonte comum representada pela filosofia da História iluminista, enriquecida, agora, pela idéia ou princípio da evolução. Diferenciam-se entre si essas concepções, em função do fato de ser o “positivismo”, em princípio pelo menos, idealista, ao passo que o marxismo é decididamente materialista. Assim, se a síntese hegeliana tende a estilhaçar-se em várias direções antes mesmo de meados do século, chamemos ou não de marxismo, ou materialismo dialético, ao mais importante desses estilhaços, a realidade da História lhe sobrevive inclusive, como é sabido, no próprio marxismo, mas não só. Quer como forma secularizada da velha Providência, quer como idéia de fundo ético e racional – como História Universal –, a História constitui o horizonte de referência comum a inúmeros filósofos, cientistas sociais e historiadores. Ora mais “naturalizada”, ora mais “humanizada”, a “História” é o solo comum daquele “historicismo” mais genérico ao qual já nos referimos, alvo específico, ainda recentemente, das investidas de Fukuyama.

Há uma história do historicismo?

Quando da nossa primeira tentativa de análise do historicismo (FALCON, 1991), imaginamos na verdade uma história dupla – a do

historicismo dos pontos de vista ontológico e epistemológico. Tal duplicação, no entanto, longe de facilitar, complica bastante a inteligibilidade do percurso histórico do historicismo, daí preferirmos, agora, uma exposição mais cronológica que contemple, para cada época, as características daquelas duas principais vertentes.

A época da ilustração

No seu sentido ontológico, as raízes do historicismo remontam provavelmente à época da Ilustração, no século XVIII, quando, conforme já mencionamos, operou-se a “conquista do mundo histórico” ou o “despertar da consciência histórica”. Coube aí a G. Vico um papel fundamental em termos teóricos, muito embora sua obra tenha permanecido ignorada ao longo de quase todo o setecentos. Segundo Vico (1978), existiria uma distância incomensurável entre o mundo das coisas criadas por Deus e o mundo das coisas que o próprio homem criou, pois as primeiras o homem pode apenas tentar explicar a partir do conhecimento das leis e princípios que as regem; já as segundas, como criações humanas, podem ser compreendidas pelo próprio homem já que este é seu autor. Referindo-se à História como realidade racional e imanente a desenvolver-se na dimensão temporal, os “filósofos” sublinharam seu sentido intrínseco – a “civilização”. Daí decorreria, também, a necessidade de uma orientação racional em face da evidência empírica, como forma de alcançar um conhecimento histórico verdadeiro, ou seja, “filosófico”. Aqui, o ponto culminante é Kant (1947) – “idéia de uma História Universal do ponto de vista cosmopolita” –, cujo diálogo com Herder (1995) define e delimita as condições de possibilidade do conhecimento histórico, ao situar a história da humanidade “no horizonte do agir livre humano”.

Tomada no seu sentido epistemológico, a presença do historicismo no século XVIII é motivo de controvérsias. No entender de Meinecke existiram no “Século das Luzes” apenas algumas poucas evidências, espécie de “prenúncios”, verdadeiramente historicistas. Para chegar a tal conclusão, Meinecke analisou os textos e idéias de Shaftesbury, Leibniz, Arnold e Vico, bem como de historiadores como Ferguson, Gibbon e Burke. Trata-se aí, é evidente, de uma perspectiva baseada numa certa idéia de “historicismo” que o contrapõe àquelas concepções racionalistas, universalistas e objetivistas associadas ao Iluminismo.

Segundo a perspectiva adotada por Meinecke, não há uma separação nítida entre aspectos ontológicos e epistemológicos.

Romantismo e “Historicismo”

Ao findar do século XVIII, a consciência romântica e as denominadas manifestações pré-românticas cederam lugar ao Romantismo, cujo início é situado por F. Schlegel em 1797 ou 1798. Vivia então a Europa o período das transformações resultantes da Revolução Francesa e de sua expansão, no bojo das “guerras da Revolução e do Império”. Colocados diante da dinâmica real do processo histórico, os intelectuais, sobretudo os alemães, vivenciam uma nova modernidade calcada na percepção de uma História em si, temporalizada, quer dizer, da História como singular coletivo. Contra o racionalismo cosmopolita universalista das “Luzes”, o romantismo germânico suscita uma reação multifacetada que coloca em campos opostos a inteligibilidade racional, cientista, baseada no modelo galilaico-newtoniano, e a inteligibilidade romântica, cuja busca do absoluto se opõe à restrição kantiana de inteligibilidade.

Na Alemanha, a reflexão histórica e a filosófica têm em Herder, por um lado, e em Schelling, Fichte e Hegel, por outro, algumas de suas manifestações exponenciais. Em Herder, a intuição da natureza histórica do homem e da sociedade conduz ao reconhecimento do caráter único de cada forma singular, destroçando assim o princípio de identidade. Daí toda generalização abstrata não ser importante diante da História – toda situação humana possui seu próprio valor, toda fase histórica singular tem seu próprio direito à existência, sua necessidade imanente. Como partes de um todo, essas fases integram a unidade que só pode ser pensada como processo. A história deve concentrar-se naquilo que é peculiar, diferente, infável, no sentimento de cada época.

Herder é o pai das noções de nacionalismo, historicismo e *Volksgeist*, e também um dos líderes da revolta romântica contra o classicismo, o racionalismo e a fé na onipotência do método científico. Segundo ele, é preciso fazer uma distinção radical entre o método apropriado ao estudo de natureza física e o método adequado ao estudo do espírito humano que muda e evolui, daí sua crítica aos enciclopedistas.

Apesar da enorme importância de suas idéias sobre a História e a perspectiva historiadora, Herder se situa entre os filósofos da História,

na linhagem que, em seqüência, inclui Fichte e Hegel, entre outros. Convém, no entanto, que não se ignore o desenvolvimento de uma intensa atividade de ensino e pesquisa histórica na Universidade de Goettingen (Hanover), desde 1734 – desenha-se ali pela primeira vez a estrutura de um ensino superior das ciências históricas estreitamente associado à pesquisa (GURSDORF, 1973, p. 468). Já então se propunha (Chladenius) a dupla relatividade do conhecimento do passado – do ponto de vista do historiador e da própria narrativa histórica –, ou seja, da própria representação histórica, um tema que seria retomado pelo historicismo, no século XIX. A partir de 1780, com o “Sturm und Drang”, os pressupostos iluministas são postos em dúvida – desde 1774, Herder, em resposta a Voltaire, publica *Uma outra filosofia da história*, em que faz a crítica da historiografia das “Luzes”. A nova historiografia se afirmará nos trabalhos de Justus Möser (1720-1794), elogiado por Goethe e precursor de E. Burke e Joseph de Maistre.

Em começos do século XIX, o historicismo entra assim em seu segundo momento, quando é possível distinguir pelo menos três tendências: o hegelianismo, a historiografia romântica e a “escola histórica alemã”. O idealismo objetivo de Hegel (1965) realiza, através da fenomenologia do espírito e sua dialética, a identificação entre razão e história, entre o real e o racional. A História então, como singular coletivo, nada mais é do que a seqüência, no tempo, da busca de si mesmo do espírito absoluto, que se manifesta concretamente em diferentes momentos (épocas/nações).

Ao contrário de Hegel, a concepção romântica, ao mesmo tempo que afirma a realidade da História, não a identifica como processo único e racional. Segundo os românticos, a História é, na verdade, o nome das formas e caminhos múltiplos e únicos através dos quais cada época e cada povo ou nação realizam sua própria “humanidade”. A individualização de épocas e de povos implica a realidade de diferentes visões de mundo – cada qual correspondendo a um certo modo de ser e estar no mundo. As criações individuais e sociais são históricas porque são únicas, irreduzíveis e incomparáveis às de outras individualidades históricas. O universal se manifesta em cada indivíduo histórico particular, e a própria razão é, ela também, histórica. Organicista e providencialista, o romantismo compreende a totalidade em termos de união do eu com a natureza

ou universo e com a comunidade – povo ou nação – e sua alma coletiva. Enfim, em lugar da História Universal, a História Geral da Humanidade.

Contraopondo-se aos princípios do pensamento das “Luzes” (GUSDORF, 1976), os românticos enfatizaram o indivíduo, as emoções e sentimentos, as diferenças. Afirmaram, assim, a realidade e o valor da subjetividade – “revolta da afetividade reprimida e da magia da imaginação banidas do mundo capitalista” (LOWY e SAYRE, 1993, p. 26) – e, sobretudo, como realidade suprema, a vida. Em conseqüência, postularam a inseparabilidade do corpo e do espírito, do objetivo e do subjetivo, como premissas à denúncia das insuficiências do racionalismo iluminista, incapaz, segundo os românticos, de reconhecer e, portanto, de integrar ao conhecimento faculdades como a intuição e a imaginação, os estados de espírito, como as emoções e, sobretudo, o sonho. Desenvolveram, ainda, uma visão cosmológica oposta à das “Luzes”: a natureza já não é mais o objeto a ser desvendado e lido em linguagem matemática, universal; a natureza é, agora, um ser vivente, só acessível a quem se disponha a nela integrar-se por completo, vivenciando os seus mistérios.

O Romantismo conduziu assim a uma nova maneira de conceber o conhecimento histórico. Tanto sua leitura do discurso histórico como a concepção das características da sua produção diferem radicalmente dos seus equivalentes iluministas. As concepções românticas nessa esfera deram origem a um novo tipo de historicismo, já agora em nível epistemológico, cuja manifestação mais completa e sistemática corresponde ao chamado “historismo”.

O ponto de partida é a identidade essencial entre sujeito e objeto de conhecimento, da qual deriva a rejeição do “racionalismo abstrato e racionalista” das “Luzes”. A metodologia, como conseqüência, é, agora, individualizante, centrada nos únicos indivíduos históricos “reais” – o eu individual e as entidades orgânicas que são os povos e as nações. Enfim, como métodos de investigação e abordagem, a compreensão empática e a interpretação hermenêutica.

Tais concepções conduziram à visão tipicamente romântica do papel histórico do “indivíduo”: o eu individual – heróis e gênios – e o indivíduo coletivo – a comunidade, quer se trate de povos, de Estados-nações ou de épocas. Cada um desses “indivíduos” é pensado como único, incomparável e irredutível a categorias genéricas ou universais.

Ao abordarem a história, os românticos colocaram em prática esses pressupostos, com resultados diversos em cada caso. Há, por um lado, o “sentimento de perda” ou “nostalgia do passado” que valoriza épocas ou lugares percebidos como opostos às realidades da época do Romantismo – a Idade Média, os tempos nebulosos das origens dos povos, as regiões “exóticas” reveladas por viajantes. Na investigação desse campo, o Romantismo incorporou e desenvolveu as práticas eruditas, vindas do século XVIII, de natureza heurística e crítica, ancoradas principalmente na Filologia. Não por acaso, intensificaram-se as pesquisas de fontes, a publicação de grandes corpos documentais, as edições críticas, com ênfase no material relativo às épocas mais antigas ou mais “obscuras” do passado de povos e nações, com destaque especial para os estudos lingüísticos.

O panorama da historiografia romântica é, na verdade, tão variado quanto o próprio romantismo e, tal como este, assume características diferentes de país para país, o que permite tipologias diversas. A título de exemplo, menciono a conhecida dicotomia que opõe historiadores conservadores, ou mesmo reacionários, a historiadores progressistas, liberais ou, inclusive, revolucionários. No entanto, não são essas as questões que agora nos interessam. Preferimos considerar somente dois tipos principais: o “historiador romântico” e o “historiador científico”.

Os “historiadores românticos” podem ser distribuídos ao longo de um eixo que corresponde ao seu comprometimento maior ou menor com a erudição documental. Infensos aos rigores empíricos positivistas, tais historiadores se servem, indiferentemente, de fontes primárias e secundárias e só raramente revelam preocupações críticas em relação a elas. Em geral, estão convencidos de que o elemento-chave é o próprio historiador. Cabe a ele, com sua intuição e imaginação, “recriar o passado” tal com este “realmente existiu”: vivo e, sobretudo, humano. Daí a importância que atribuem às motivações e intuições dos indivíduos históricos, aos sentimentos, anseios e manifestações individuais e coletivos (populares), ainda que mágicos ou fantásticos. A verdade histórica, nesse caso, não remete apenas a evidências empíricas, mas sim à persuasão retórica do historiador, à sua capacidade de fazer o leitor crer na verossimilhança dos acontecimentos por ele narrados. Historiar é uma arte, e a história é um gênero literário cujo cerne é a sensação de ilusão de realidade que o texto é capaz de criar e transmitir ao leitor.

Os “historiadores científicos”

A partir de começos do século XIX, as duas tradições até então presentes, na escrita da história – a antiquária, erudita, e a literária, retórica –, cedem lugar a uma disciplina que busca eliminar os excessos do antiquarismo, sem abrir mão da erudição, e livrar-se das ficções literárias baseadas na imaginação, sem desprezar, porém, a qualidade da escrita historiadora. Apesar de suas relações um tanto ambíguas com o poder e a ordem, essa história profissionalizada está em conexão com a tradição desenvolvida em Goettingen, mas o seu novo pólo irradiador é a Universidade de Berlim, fundada em 1810, por W. von Humboldt, segundo um novo modelo de estrutura universitária baseada na associação entre ensino e pesquisa e orientada para associar ciência e *Bildung* – a formação cultural de cada cidadão, fiel servidor do Estado.

Em 1825, Leopold Ranke foi chamado para ensinar e pesquisar na Universidade de Berlim. Ele já se destacara então como historiador rigoroso, atento às fontes primárias, daí a necessidade de ser a história escrita por especialistas. Começava então, lentamente, a constituição da Escola Histórica Alemã, cujo apogeu se situa no terceiro quartel do século XIX.

Opondo-se a muitas concepções românticas, a Escola Histórica Alemã incorpora o conceito de História como singular coletivo, abrangendo a totalidade da evolução no tempo – passado, presente e futuro. Trata-se aí de um historicismo cuja categoria básica é a do desenvolvimento a partir das forças espirituais da ação humana. A “História é a estrutura real do mundo humano na referência temporal dos acontecimentos e das transformações do passado” (RÜSEN, [s.d.], p. 318). Segundo W. von Humboldt, a história é constituída ontologicamente através de forças espirituais – as “idéias” –que atuam porque o agir humano está determinado por um sentido. Logicamente, é o espírito humano que realiza uma aproximação cognitiva da vivência do passado e a transforma em conhecimento histórico graças à “coincidência originada e preexistente entre o sujeito e o objeto” (FALCON, 1998). Logo, é a História que fala através dos historiadores, e a escrita da história representa a realidade interna da História como uma forma dada e abrangente da vida humana (RÜSEN, [s.d.], p. 319). Na verdade, o historicismo, do ponto de vista epistemológico, corresponde à definição

do historiador como um observador de segundo grau, isto é, um observador que se percebe como imerso no próprio curso da História como movimento temporal do espírito humano na realidade do mundo humano (GUMBRECHT, 1998, p. 14 e segs.).

A Escola Histórica Alemã buscou construir uma ciência especializada, com ênfase na competência acadêmica dos historiadores, isto é, na capacidade de levar a cabo uma metodologia racional de pesquisa. Era essencial estabelecer padrões científicos do conhecimento histórico, cabendo ao método crítico rigoroso assegurar a cientificidade desse conhecimento. Por outro lado, e aqui está a própria essência do “historismo”, apesar de “científica” a disciplina histórica é peculiar, diferente das ciências naturais, dada a especificidade e o caráter único do pensamento histórico. Seu critério é o princípio da narratividade, uma estratégia de explicação diferente do modo de pensar científico, cujas explicações supõem o estabelecimento de regularidades (RÜSEN, [s.d.], p. 313-314). Aos opositores do historicismo, no entanto, pareceu que a subjetividade e a narratividade, típicas do “historismo”, excluía toda e qualquer objetividade do discurso histórico, negando, portanto, a própria cientificidade do conhecimento assim produzido.

Talvez o problema maior que a Escola Histórica apresenta seja exatamente este: a eventual não-sintonia, mais aparente que real, entre seus pressupostos ontológicos e epistemológicos e a sua ênfase na necessidade de um método histórico “objetivo”, isto é, “científico”, capaz de conduzir a uma “história verdadeira”. O ideal de cientificidade, a luta contra as “ficções românticas” e as “especulações dos filósofos” (leia-se aí Hegel) aproximam os historiadores da Escola Histórica do positivismo. Entretanto, quando se examinam mais atentamente seus pressupostos, torna-se quase evidente que o “historismo” da Escola Histórica constitui de fato uma forma, ao mesmo tempo específica e radical, de historicismo. Com efeito, a partir da constatação da historicidade intrínseca, constitutiva e específica de todas as criações humanas, os historiadores germânicos colocaram, como condição do seu conhecimento, a “compreensão” do sentido e significação de tais criações, segundo a perspectiva dos seus criadores. Na prática, dado o prestígio então adquirido pela Filologia, coube a esta a tarefa de interpretar e compreender, via hermenêutica, o sentido autêntico, verdadeiro, das fontes documentais. Providencialismo, individualismo metodológico,

organicismo, caminham de par com afirmações acerca da neutralidade do historiador e da realidade objetiva dos fatos, fazendo pensar, por vezes, numa espécie de “derrapagem positivista”. Todavia, a Escola Histórica incorpora, em boa parte, a visão romântica do mundo e do homem, seu idealismo subjetivo, o individualismo metodológico, a visão holística de épocas e nações – cada uma destas com o direito de buscar sua perfeição única e incomparável, pois “todas são iguais aos olhos do Criador”. Os “fatos”, por outro lado, não são apenas “dados”, uma vez que exigem a compreensão (psicológica) dos motivos e intenções dos agentes históricos e suas inter-relações concretas. Enfim, em contraposição à leitura de Ranke e seus epígonos em clave positivista, muito difundida por sinal, proponho uma leitura historicista – o caráter único da realidade histórica, individual ou coletiva – e a exigência metodológica de compreendê-la e interpretá-la em seus termos originais, ou seja, conforme a respectiva visão de mundo e as formas de pensamento e ação realmente existentes à época. Acredito que, deste modo, a conhecida e repetida frase de Ranke – “narrar os acontecimentos tal como realmente ocorreram” possa ser lida como acredito que deva ser: uma declaração profundamente “historicista” (RÜSEN, [s.d.], p. 87).

Final do século XIX e começos do século XX – o “neo-historicismo”

Designa-se neo-historicismo, ou designou-se até recentemente, como uma tendência, ao conjunto de concepções teórico-metodológicas surgidas a partir da última década do século passado e vigentes até a década de 1930. Basicamente germânica, tal tendência abrange também a Itália, a Grã-Bretanha, a Espanha e, de certo modo, a França e os Estados Unidos. No conjunto, ela constituiu uma das muitas faces da “reação antipositivista” e, conforme o caso, é identificada ora como neokantiana, ora como neo-hegeliana (STUART, 1967). Trata-se, na realidade, de um período ao longo do qual a idéia de História domina o horizonte intelectual, fortificada, desde meados do século XIX, pela teoria ou princípio da evolução e pela fé ou certeza no progresso. O ideal de positividade ou cientificidade do conhecimento repele as especulações filosóficas como pura metafísica, embora muitas vezes se trate da substituição de uma metafísica por outra. A realidade da História, porém, permanece. Às vezes naturalizada como dimensão temporal de seres e

fenômenos cuja evolução se dá na escala do tempo, a História é outras vezes entendida também como historicidade relativizadora. Todavia, nessa época, os debates dizem menos acerca da realidade da História do que a respeito da sua natureza e, mais ainda, do método mais eficaz para seu conhecimento científico.

Perpassando essas discussões encontra-se aí já então a antiga tese de Vico sobre a diferença intransponível entre natureza e cultura. Aceitá-la ou não significa ou admitir que a ciência então existente era incapaz de conhecer os fenômenos da cultura, ou então de reduzi-los ao paradigma das ciências da natureza vigente à época. O positivismo comtiano e o marxismo, se bem que em termos muito específicos, enfatizam ao mesmo tempo a unidade da ciência e a realidade da História. O neo-historicismo, ao contrário, a partir de Dilthey, em nome da dualidade entre a natureza e “espírito”, conduz o debate para o terreno metodológico – a especificidade dos objetos históricos criados pelo homem torna indispensável a utilização de métodos distintos daqueles das ciências naturais, genericamente associados ao positivismo científico. Todavia, no seio desse neo-historicismo há flutuações importantes – inclusive num mesmo autor, como Dilthey – acerca do caráter científico ou não do conhecimento produzido em função dessa metodologia historicista. Discutir sobre qual ciência é a verdadeira, admitir graus diferenciados de cientificidade, nada disso punha em risco a unidade da ciência, em última instância, segundo alguns (ROSSI, 1979).

A vertente germânica, que se inicia com Dilthey, ao mesmo tempo em que rejeita as divagações metafísicas do historicismo romântico, é crítica em relação a certas contaminações positivistas da Escola Histórica, a começar pela recusa ou incapacidade desta em reconhecer o essencial: a natureza totalmente distinta dos fenômenos do “espírito”. Tratava-se, em última análise, de “retomar e completar Kant” – definir a natureza e as condições de possibilidade das “ciências do espírito”, isto é, de um conhecimento objetivo de fenômenos nos quais o homem é ao mesmo tempo seu sujeito e objeto. Ao fim e ao cabo, pretendiam os neo-historicistas construir uma epistemologia que pudesse embasar uma metodologia científica adequada às criações culturais. Subjacente a essas propostas esteve sempre o projeto mais ambicioso de concretizar a “crítica da razão histórica” (contra a razão iluminista), embora, como ironizou R. Aron (1950), não tenham ido além de uma “crítica histórica da razão”.

O neo-historicismo germânico tem em Dilthey, Rickert, Simmel e Windelband seus principais expoentes (FREUND, 1972) e entre seus historiadores Meinecke e Tröeltsch. Quanto a Max Weber, prefiro situá-lo à parte, já que, apesar da forte influência do neo-historicismo na sua formação, preocupou-se em recusar o dualismo epistemológico no sentido de configurar uma síntese capaz de preservar a unidade da ciência. Com efeito, se a ênfase na compreensão parece identificá-lo com o historicismo, sua recusa ao psicologismo de Dilthey e sua concepção da História como mero empirismo caótico afastam-se do historicismo (VERICAT, 1976).

O neo-historicismo de matriz neo-hegeliana está associado, sobretudo, às idéias de Benedetto Croce, cuja influência sobre a historiografia italiana ultrapassa o final da Segunda Guerra Mundial (COLI, 1985, p. 35-58). Na Inglaterra, M. Oakshott e R. G. Collingwood representam a presença desse neo-historicismo (PRESTON, 1983, p. 3-66), tal como, na Espanha, Ortega y Gasset (GARCIA, 1990).

A crise do historicismo/historismo

A partir do último quartel do século XIX, as diferenças entre o historicismo em geral e o historismo germânico tendem a ganhar contornos cada vez mais nítidos. Tal como aqui o entendemos, o idealismo historicista, ou historista, de cunho epistemológico, opõe-se ao empirismo positivista, a começar pelos respectivos pressupostos acerca da identidade ou não entre o sujeito e o objeto do conhecimento, evidente no historismo e negada pelo positivismo em nome da objetividade/verdade do próprio conhecimento (IGGERS, 1983, p. 31-35).

Outra coisa, porém, é o historicismo ontológico, ou “metafísico”, para o qual a realidade da História como processo racional, possuidor de um sentido imanente, constitui um pressuposto indispensável à sua inteligibilidade. Tal pressuposto harmoniza-se com as interpretações mais diversas entre si, idealistas ou materialistas: hegelianismo, kantismo, marxismo, positivismo (Comte, Spencer, Buckle), assim como, já no século XX, as idéias de Spengler e Toynbee. Contra essa forma de historicismo é que K. R. Popper, já nos anos trinta do século XX, desferiu sua crítica implacável a todos os tipos de profecias baseadas num pseudoconhecimento da História.³

Do ponto de vista do historiador das idéias, no entanto, o reconhecimento de tais diferenças entre o historicismo e o historismo nos textos de cada autor constitui uma tarefa bastante difícil. Dessa dificuldade resulta a ambigüidade mesma da noção de “crise do historicismo” no presente texto, pois nem sempre é possível afirmar com absoluta certeza qual o é “historicismo” cuja crise se proclama, ou se é a ambos que determinado autor se refere. Assim, em atenção ao leitor, procuraremos, sempre que isto for possível, usar “historicismo” a propósito da História, e “historismo” como sinônimo de uma forma tipicamente germânica de compreender a natureza do conhecimento histórico e a tarefa do historiador em termos de produção desse conhecimento, a começar pelo método de crítica rigorosa das fontes. Está claro, porém, que essa epistemologia “historista” incorpora também, conscientemente ou não, determinados pressupostos a respeito da natureza e sentido da história e matéria, isto é, uma certa visão do mundo sobre a História e a cultura como elementos constitutivos da identidade do indivíduo como pessoa e cidadão – sua formação, ou *Bildung*.

Ao escrever a segunda das suas *Considerações inatuais* (ou “intempestivas”), acerca da “utilidade e inconveniente da história para a vida”, em 1874, F. Nietzsche criticou o historicismo em suas duas vertentes: a “historicista” e a “historista”. Em relação à primeira, ele afirma que a consciência da História relativiza e enfraquece – é a “doença histórica”, causada pelo excesso de consciência e de conhecimento histórico que produz a incapacidade de produzir o novo. A idéia de um curso racional de acontecimentos – como em Hegel – denunciada por Nietzsche viria a ser retomada por W. Benjamin que a denomina “história dos vencedores”. Quanto à segunda vertente, Nietzsche criticou a cultura germânica, o seu *habitat* por excelência, fustigando-a com os aspectos negativos de uma tradição cultural divorciada do agir; o efeito paralisante, sobre o presente, de uma sobrecarga de saber histórico; e os descaminhos da admiração pelo “poder da História” (NIETZSCHE, 1990, p. 93 e segs).

A partir de Nietzsche, a questão do “historismo”, como forma específica de definir a tarefa do historiador e a natureza do conhecimento histórico por ele produzido, caracterizou-se cada vez mais como problema típico – embora não exclusivo – do ambiente cultural germânico, especialmente o acadêmico.

O “historismo” representa na Alemanha a cristalização do antinaturalismo e individualismo românticos, assim como do relativismo ético. Seu representante maior, L. von Ranke, além de outros importantes expoentes, como Humboldt, Droysen, Sybel, constituíram na teoria e na prática a “escola histórica alemã”, síntese do historismo. Como ciência do único, a história deveria evitar as abstrações e generalizações “filosóficas”, embora não se possa entender essa afirmativa num sentido absoluto. Importa notar, porém, que o historismo incorpora uma visão profundamente idealista da história, ao mesmo tempo em que atribui uma proeminência decisiva à política, isto é, ao papel dos “homens de proa” e aos interesses, objetivos e realizações do Estado na Europa moderna. Nesse sentido, o historismo é mais um tipo de mentalidade do que um método ou escola.

A propósito da “Querela dos métodos” (*Methodenstreit*), de 1886 a 1891, ao lado de críticos como Rothaker e Freyer, destacam-se as restrições de Karl Lamprecht ao historismo rankeano: a forma narrativa, essencialmente política, centrada no Estado-nação, factualista e interessada apenas nos “grandes homens”. Tratava-se, ainda segundo o mesmo autor, de incluir a economia e a cultura no discurso histórico e questionar o idealismo da *Geistesgeschichte*.

A derrota alemã na Primeira Guerra Mundial não representou para a maior parte dos intelectuais germânicos a renúncia aos pressupostos filosóficos e historiográficos do historismo – a defesa de Bismarck e o acerto das tradições germânicas. Havia algumas tendências divergentes, no entanto, tais como aquelas representadas por Friedrich Meinecke, Otto Hintze, F. Schnabel, Troeltsch, entre outros. Hintze criticou de maneira incisiva os principais pressupostos do historismo, ainda defendidos por Troeltsch e Meinecke (apud IGGERS, 1983, p. 233-235), podendo-se nele observar a grande influência de Weber, consciente do potencial irracionalista presente no relativismo historista.

Segundo Iggers (1983, p. 238-239), o pensamento histórico germânico tinha sido relativamente isento de pessimismo antes da Primeira Guerra Mundial, a despeito das advertências de um Burckhardt e de um Nietzsche. O idealismo alemão era basicamente otimista – é a fé idealista na História como processo dotado de sentido e passível de conhecimento objetivo. O historismo só se torna problema durante e após a Primeira Guerra Mundial. As dúvidas acerca da possibilidade de

um conhecimento racional e objetivo e a crescente percepção quanto à relatividade e historicidade dos valores já tinham sido formuladas por Nietzsche e Weber e desenvolvidas por Spengler. Agora, isto é, no pós-guerra, três coisas se tornam decisivas:

1) a História não existe como um processo objetivo; a história não é ciência, portanto; logo, a epistemologia baseada na “compreensão”, subjetiva e baseada na identidade entre sujeito e objeto, torna-se insustentável;

2) afirma-se a idéia de que não existe uma História da humanidade, mas apenas as histórias de diferentes culturas, cada qual com seus próprios valores sendo sua compreensão limitada ou impossível;

3) a reavaliação de normas e valores, cuja expressão se encontra na obra de Spengler – o questionamento do progresso, da razão iluminista, dos valores humanistas e humanitários (IGGERS, 1983, p. 240-242).

A crise do historicismo no período de entre-guerras colocou também em xeque o historicismo, abrindo caminho a variadas formas de irracionalismo. E. Troeltsch, em 1922, e K. Heussi, em 1932, ao escreverem sobre “a crise do historicismo”, afirmam que os estudos históricos demonstraram o caráter relativo de todos os valores e revelaram assim o sem-sentido da existência, ou seja, a objetividade e a universalidade do método no estudo da história são impossíveis. Nesse mesmo sentido se dirigem as conclusões de K. Mannheim (apud IGGERS, 1983, p. 22), apesar de sua crença na identidade do sujeito e do objeto e na história como processo dotado de sentido, tal como Dilthey e Troeltsch já haviam afirmado anteriormente.

O historicismo, como teoria, havia chegado então à sua conclusão lógica. Se todas as verdades e juízos de valor são individuais e históricos, não resta nenhum lugar para qualquer ponto fixo em história; nem tampouco para forcas da história no sentido de Rothacker, nem para a vida no sentido de Dilthey. Tudo o que resta é a subjetividade individual (IGGERS, 1983, p. 243).

Para completar, recorde-se a entrada em cena do conceito de “historicidade” a partir da publicação de *O ser e o tempo*, de Martin Heidegger, em 1927 – a história não possui existência objetiva em si mesma; ela é um aspecto da existência do homem, uma criação do

indivíduo a partir das decisões orientadas para o futuro (BAMBACH, 1955; IGGERS, 1998).

Historicismos contemporâneos – pós-45

A historiografia “contemporânea”, assim entendida a historiografia pós-1945, caracteriza-se, simultaneamente, por seu historicismo e anti-historicismo. Historicista na medida em que se manteve vivo o realismo histórico; anti-historicista, em princípio, porque as principais correntes historiográficas rejeitavam os pressupostos epistemológicos do “historismo”. Assim sendo, o historicismo, no sentido de admissão da idéia de História como referência à totalidade do desenvolvimento temporal – a “matéria do conhecimento histórico” –, não só persistiu como se fortaleceu, sobretudo entre os historiadores marxistas e aqueles influenciados em grau maior ou menor pelo marxismo, como foi o caso de muitos dos “annalistas” franceses.

A existência da História como referência necessária a qualquer tipo de conhecimento, enunciada desde 1929 por Mannheim, provocou críticas cada vez mais veementes de filósofos e cientistas sociais contrários às implicações relativistas e céticas do conceito de “historicidade” ou às apropriações político-ideológicas da idéia de História.

A Segunda Guerra Mundial causou profundo impacto sobre a intelectualidade germânica – uma ruptura com o passado que significou para muitos a perda de tradições e da consciência histórica. Agora, com o triunfo da descontinuidade e com o descrédito da história, o historicismo parecia enfim liquidado. A consciência de tal ruptura produziu uma revisão crítica e pessimista da historiografia alemã – e do seu historismo intrínseco. Mesmo assim, não faltaram os defensores do idealismo e do historicismo, tais como Theodor Litt, Erich Rothacker e Spranger, assim como alguns anos tarde, na esteira de Heidegger, a perspectiva hermenêutica de Hans-Georg Gadamer (apud IGGERS, 1983). A relatividade de todos os valores, o papel das “visões de mundo”, a historicidade de todo conhecimento e seu caráter limitado e perspectivístico são outras tantas formas de colocar em relevo a subjetividade do historiador e as dificuldades das pretensões à objetividade do conhecimento histórico.

Contrariamente a essas concepções que buscavam resgatar, atualizando-os, os pressupostos básicos do historismo/historicismo,

surgiram outras vozes em defesa dos princípios iluministas como direito natural, natureza humana, valores universais. Temos nesse caso os ataques de Gerhard Krüger ao historicismo e a Heidegger e os argumentos de Karl Löwith que incluem o reconhecimento da História como processo objetivo, embora sem sentido imanente, isto é, destituído da idéia de progresso e da perspectiva historicista. Talvez mais incisivas neste caso sejam muitas das críticas de Leo Strauss ao historicismo, em 1953:

O historicismo afirma que todos os pensamentos humanos e crenças são históricos e, portanto, destinados a perecer, mas o historicismo é também um pensamento humano; logo, o historicismo só pode ter uma validade temporária, pois, caso contrário, ele não pode ser verdadeiro.

E ainda:

Se o historicismo não pode ser tomado como algo evidente, torna-se inevitável a pergunta sobre se o que foi saudado no século XIX como uma descoberta não seria, de fato, uma invenção, isto é, uma interpretação arbitrária de fenômenos que sempre haviam sido conhecidos e que tinham sido interpretados muito mais adequadamente antes da emergência da consciência histórica do que depois. Temos de perguntar se o que é chamado de “descoberta” da história não é, de fato, uma solução artificial e improvisada para um problema que só poderia formular-se à base de premissas muito questionáveis.⁴

Conforme se pode observar nessas duas citações, nelas estão presentes dois pontos fundamentais: a suspeita de que a idéia mesma de “História” é fruto de uma “invenção” (JENKINS, 1995, p. 16-17) e as dúvidas em relação à natureza e necessidade da “descoberta da história”. Neopositivistas e estruturalistas constituem, na época contemporânea, os representantes mais importantes da oposição ao “historicismo”, isto é, à História como “singular coletivo”, processo real e imanente (KOSELLECK, 1985).

Para alguns, 1968; para outros, anos 80. Qualquer que seja a data decisiva, o fato essencial é o mesmo: a crise da modernidade e o advento da pós-modernidade. No bojo dessa crise, com o descrédito da grande teoria ou das “grande narrativas”, como o marxismo e o estrutu-

ralismo, a História chega ao fim – como em Fukuyama (ANDERSON, 1993) –, se é mesmo que tenha jamais existido (cf. Strauss – nota 4) esse mito iluminista.

Fim ou morte da História – e do historicismo. Datas e circunstâncias variam ao sabor daqueles que assinam seu atestado de óbito: Auschwitz, Gulags, Paris-1968, Berlin-1989... Não variam, porém, suas conseqüências: a História, como processo total e racional, dotado de determinação e sentido imanentes, não mais pode ser levada a sério. Desconstrucionismo e fragmentação – ou estilhaçamento – dos objetos expressam, na historiografia pós-moderna, essa rejeição da História – como referente (realismo histórico) e como totalidade.

Retomo nesse passo o tema do anti-historicismo, já agora tendo em vista a história (disciplina). Para compreender em profundidade a natureza dessa questão teríamos, a rigor, de proceder à análise das histórias de cada uma das correntes ou “escolas” historiográficas que dominam o cenário da historiografia pós-1945 – as “novas histórias”, sobretudo a *nouvelle histoire*. No entanto, tal digressão nos levaria certamente até o final do século XIX, isto é, a Durkheim, Simiand, Lamprecht, Berr, Pirenne e muitos outros. Tarefa inviável, nesta oportunidade pelo menos, razão pela qual preferi ater-me à enunciação de alguns dos traços comuns às “novas” histórias:

- Todas admitem o relativismo moral e cultural, mas não o cognitivo.
- Do ponto de vista gnosiológico todas são pós-kantianas.
- Todas são “modernas”.

Assim, verifica-se que o relativismo está ligado à visão historicista do homem; o caráter pós-kantiano tem a ver com o princípio segundo o qual o conhecimento “constitui” a realidade que se estuda, o que não significa, porém, a impossibilidade de um conhecimento “verdadeiro” e “objetivo”, enfim, “moderno”, porque, de uma forma ou de outra, suas interpretações do passado pressupõem a “emancipação” e o “progresso”, ideologias nascidas com a Ilustração.

No caso específico dos *Annales*, o componente historicista já estava presente em Bloch e Febvre, como assinalou Ch. Morazé (1967) e, segundo Dosse (1987), a influência de Foucault acentuou a perspectiva historicista dos principais historiadores da chamada “terceira geração”.

Foucault (1966, p. 3), por sinal, ao prefaciá-lo, em 1966, escreveu com todas as letras: “sejam todos neokantianos!”. Tendências semelhantes podem ser detectadas nas demais “novas histórias” como, por exemplo, nas conhecidas “acusações” de historicismo dirigidas aos trabalhos de Thompson (PALMER e THOMPSON, 1996).

Verifica-se que a presença do historicismo é muito mais ampla do que se costuma supor em geral. Acredito, no entanto, que, em face do complicador atual representado pela historiografia pós-moderna, há necessidade de atentar para duas questões: (1) não confundir características pós-modernas com características historicistas; (2) definir critérios de “historicismo” que permitam detectar suas manifestações nas “novas histórias”.

A primeira questão propõe na verdade um trabalho que mal começou ainda, pois significa a possibilidade de estabelecer diferenças significativas, quer no âmbito da “micro-história”, quer no da relação entre a narrativa histórica e seu referente. Por ora, considero viável apenas a segunda questão. Retomo então, neste caso, um texto de Löwy (1988, p. 65-70) no passo em que ele enumera as hipóteses típicas do historicismo:

O caráter histórico de qualquer fenômeno social ou humano, do qual resulta a exigência de compreendê-lo também historicamente;
A diferença fundamental entre fatos naturais e fatos histórico-sociais ou humanos;

A certeza de que o sujeito e o objeto do conhecimento estão igualmente imersos no curso da História.

A esses critérios poder-se-ia acrescentar, no sentido de melhor explicitá-los, a viabilidade ou não de poder perceber nas “novas histórias” alguns dos pressupostos teórico-metodológicos típicos do “historicismo”. Com efeito, a primeira das três hipóteses de Löwy é a mais conhecida e aceita; está impressa, inclusive, na própria trajetória dos *Annales*, tanto intelectual como político-institucional. Já a segunda hipótese é bem mais complicada, pois coloca o problema da unidade do conhecimento científico – e todas as “novas histórias” se pretendem científicas, embora com gradações e especificações variadas, o que não as impede de recusar

quaisquer definições que impliquem sua caracterização em termos de arte ou literatura.

Como demonstrou Rossi (1988, p. 7-22), o debate contemporâneo acerca do caráter científico ou não do conhecimento histórico já possui uma longa história, duas na verdade, uma vez que tanto se pode acompanhá-lo no âmbito mais filosófico – a partir do conhecido artigo de Hempel, de 1942, sobre as *covering laws* em história (HEMPEL, 1959, p. 344-355) – como no da historiografia propriamente dita. O curioso, como sublinhou Rossi, é o paralelismo e a dissociação entre essas duas vertentes do debate, pelo menos até a publicação do conhecido livro de P. Veyne, em 1971. De uma maneira geral, os historiadores permaneceram fiéis ao “realismo histórico” e interessaram-se relativamente pouco pelo problema da cientificidade, na medida em que o importante, para a maioria deles, continuou a ser a certeza de poder produzir conhecimento “verdadeiro”.

Por último, quanto à terceira hipótese, a consciência da sua validade tornou-se moeda corrente, quer do ponto de vista do reconhecimento do papel do historiador na construção de suas fontes e objetos – e do discurso histórico respectivo –, quer em relação às condições de produção desse discurso, isto é, não mais apenas sua vinculação à noção difusa de “presente” mas, de fato, a “lugares” precisos, como analisou M. de Certeau (1975).

Associando tais constatações à tendência que se observa em termos de afirmação cada vez maior da subjetividade no campo da historiografia, fica evidente a existência de um relativismo em expansão, mesmo sem levar em conta o impacto lingüístico e narrativista.

Resta-nos então indagar sobre a natureza dos indícios denunciadores de um possível aprofundamento dessa presença real do historicismo na historiografia contemporânea. Estou convencido, quanto a tais indícios, que o mais importante dentre eles é a forte “guinada interpretativa e compreensiva” analisada por Dosse, isto é, o “historicismo hermenêutico”. Tendência esta, aliás, fortalecida em decorrência do avanço da etno-história, ou antropologia histórica, no curso do qual não poucos historiadores deixaram-se fascinar pela metodologia hermenêutica da “descrição densa”, de C. Geertz. Tal como no “historismo”, os historiadores estão hoje em dia mais empenhados em compreender o “outro” em seus (deles) próprios termos do que em tentar explicá-lo teoricamente. Resulta daí

que a interpretação é entendida em clave hermenêutica, como uma busca do “sentido original” de ações e representações: as razões ou motivações, as estratégias e projetos de indivíduos e grupos sociais. Em substituição aos holismos metodológicos, desenvolve-se o individualismo, aqui reforçado (e fortalecedor) pela fragmentação dos objetos. O interesse principal dirige-se para tudo aquilo que, por ser particular, marginal ou único, deve ser resgatado do esquecimento. Mesmo no caso de admitir a realidade de múltiplos “constrangimentos” (CHARTIER, 1995, p. 119-130) econômicos, sociais ou culturais, de natureza estrutural ou conjuntural, o interesse do historiador concentra-se mais na investigação daquelas ações e comportamentos, atitudes mentais, práticas e representações de indivíduos ou pequenos grupos que lhe facultem esmiuçar e compreender os mecanismos do consenso e da dissidência, da negociação e da transgressão, existentes em todo sistema de denominação. A “micro-história” (como alusão à dimensão do campo de observação), torna-se então inevitável. Subjetividades exacerbadas – do historiador e de seus sujeitos –, objetos produzidos a cada passo pelo historiador, ausência de comprometimento com o que se encontra fora ou além do campo iluminado pelo microscópio, produzem, em conjunto, aquela sensação de uma realidade caleidoscópica.

Quero concluir este texto com algumas reiteraões, afirmações e, também, indagações. Reitero aquilo que enunciei logo de início: o historicismo está ao mesmo tempo presente e ausente na historiografia contemporânea, e boa parte desse aparente paradoxo resulta de imprecisões conceituais, potencializadas, em alguns casos, por insuficiências analíticas.

Afirmo que a denominada “crise” da história, se de fato é possível chamá-la assim, é o resultado também de tendências oriundas do próprio “território do historiador” e não apenas de “desafios” ou “perigos”, internos ou externos, que estariam a acuar ou a ameaçar a prática do “ofício”. Afirmo, também, que tanto as “novas histórias” como a “velha história” mantêm, em princípio, um compromisso básico com o “realismo histórico”. Afirmo, finalmente, que o historicismo, nas duas acepções analisadas, tornou-se cada vez mais presente, de uma maneira geral, no horizonte metodológico das “novas histórias”.

Abstract

This paper deals with the ever rich historicism debate. It considers two meanings in the concept of historicism: one related to the historical reality (the anthropological and cosmological), the other related to the historicity notion (the ontological and the epistemological).

Key words: Historicism, concepts, meanings.

Notas

1. "A confused and confusing Word, which should be abandoned, since it obscures more than illuminates. [...] Historicism, like a dragon, has been slain again and again [...] Few, if any, historians admit to being historicists and it has become a mere term of abuse. Subsequent articles and even conferences to get the Word back on its legs have merely served to confirm that it should be buried" (CANNON, 1988, p. 193-194).
2. "Professor Popper uses the word 'historicism' as a catch-all for any opinion he dislikes" (CARR, apud CANNON, 1988, p. 194).
3. Popper (apud FERRATER MORA, 1983, p. 558) entendia por "historicismo" uma teoria capaz de permear todas as ciências sociais e cuja principal característica seria a crença na possibilidade de previsão histórica, ou seja, de que o fim da História poderá ser conhecido – assim como as leis ou tendências mais gerais subjacentes ao desenvolvimento histórico.
4. Segundo L. Strauss (apud PRESTON KING, 1983, p. 17-18): "If historians cannot be taken for granted, the question inevitable whether what was hailed in the nineteenth century as a discovery was not, in fact, an invention, that is, an arbitrary interpretation of phenomena which had always been known and which had been interpreted much more adequately prior to the emergence of the historical consciousness than afterward. We have to raise the question whether what is called the 'discovery' of history is not, in fact, an artificial and makeshift solution to a problem that could arise only on the basis of very questionable premises."

Referências

ARON, Raymond. *La philosophie critique de l'histoire. Essai sur une théorie alternante de l'histoire*. Paris: J. Vrin, 1950.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento, [s.d.].

_____. *O fim da história de Hegel a Fukuyanma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

BAMBACH, Charles R. *Heideggers, Dilthey, and the crisis of historicism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1955.

CANNON, John A. Historicism. In: CANNON, John A. et al. *The Blackwell dictionary of historians*. London: Blackwell, 1988.

CANTIMORI, Delio. Apunti sullo 'storicismo'. *Studi di storia*, I. 3.ed. Torino: Einaudi, 1965.

CASSIRER, E. *Filosofia de la ilustración*. 2.ed. México: FCE, 1950.

CERTEAU, Michel de. *L'écriture de histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

CHARTIER, R. L'histoire aujourd'hui: doutes, défis, propositions. In: BARROS, Carlos (Ed.). *História a debate*. La Corunha, 1995. t. 1. p. 119-130.

COLI, Daniela. Idealismo e marxismo nella storiografia italiana degli anni "50" e "60". In: ROSSI, P. (Ed.). *La storiografia contemporanea*. Indirizzi e problemi. 2.ed. Milano: Il Saggiatore, 1985. p. 35-58.

DOSSE, F. *L'histoire en miettes*. Paris: La Découverte, 1987.

FALCON, Francisco J. C. Historicismo: A atualidade de uma questão aparentemente inatural. *Tempo*, v. 2, p. 5-26, dez. 1991.

_____. História das idéias. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (Coords.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FERRATER MORA, J. *Diccionario de filosofia*. v. I. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

FOUCAULT, M. *La quinzaine littéraire*, n. 8, 1966.

FREUND, J. *As teorias das ciências humanas*. Lisboa: Socicultur, 1972.

GARCIA, A. R. *El labirinto de la razón: Ortega y Heidegger*. Madrid: Alianza, 1990.

GUMBRECHT, H. U. Modernidade epistemológica. *Modernização dos sentidos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

GUSDORF, G. *L'avènement des sciences humaines au siècle des lumières*. Paris: Payot, 1973.

_____. *Introduction aux sciences humaines*. Paris: Ophrys, 1974.

_____. *Naissance de la conscience romantique au siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1976.

HEGEL, J. W. *La raison dans l'histoire*. Introduction à la philosophie de l'Histoire. Paris: Plon, 1965.

HEMPEL, C. G. The function of general laws in history. In: GARDINER, P. *Theories of history*. Glencoe (Illinois): The Free Press, 1959.

HERDER, J. F. *Também uma filosofia da história para formação da humanidade*. Lisboa: Antígona, 1995.

HIMMELFARB, Gertrude. *Postmodernist history. On looking into the abyss*. London: Vintage Books, 1994.

IGGERS, Georg G. *The German conception of history: the national tradition of historical thought from herder to the present*. 2.ed. Middletown: Connecticut, 1983.

_____. Historicism: the History and the meaning of the term. *Journal of the History of Ideas*, v. 56, p. 125-151, 1996.

_____. *Historiography in the twentieth century*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.

_____. Rationality and History. In: KOZICKI, H. (Ed.). *Development in modern historiography*. London: Macmillan Press, 1998.

JENKINS, Keith. *What is history?* London: Routledge, 1995.

KANT, I. L'idée d'une histoire universelle au point de vue cosmopolite. In: _____. *Kant: la philosophie de l'histoire*. Paris: Gonthier, 1947. p. 26-45.

KOSELLECK, R. *Futures past*. On the semantics of historical time. Cambridge (Mass.): MIT, 1985.

LE GOFF, Jacques. Historia. In: *Enciclopédia Einaudi*. I. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988.

- LÖWY, M.; SAYRE, R. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MEINECKE, F. *El historicismo y su g nesis*. México: FCE, 1982.
- MORAZ , C. *La logique de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1967.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Considerations inactuelles, II – De l'utilit  et des inconvenients de l'histoire pour la vie*. Paris: Gallimard, 1990.
- PALMER, Bryan D.; THOMPSON, Edward Palmer. *Objec es e oposi es*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- POPPER, Karl R. *The poverty of historicism*. London: Routledge, 1957.
- PRESTON, King (Ed.). *The history of ideas*. London: Croom Helm, 1983. p. 3-66.
- RIOS, José Arthur. Historicismo. In: SILVA, Benedicto (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.
- ROSSI, P. *La teoria della striografia oggi*. Milano: Il Saggiatore, 1988.
- _____. *Lo storicismo tedesco contemporaneo*. Torino: Einaudi, 1979.
- RÜSEN, J rn. A história entre a modernidade e a p s-modernidade. *História: quest es e debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 87, 2000.
- _____. Narratividade e objetividade na ciência histórica. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXIV, n. 2, p. 318, [s.d.].
- STUART, Hugues H. *Coscienza i societ *. Storia delle idee in Europa del 1890 al 1930. Torino: Einaudi, 1967.
- TOPOLSKI, Jerzy. *Metodologia de la historia*. 2.ed. Madrid: Cátedra, 1985.
- _____. *Historiography between modernism and postmodernism*. Amsterdam: Rodopi, 1994.
- VERICAT, J. *Ciencia, historia y sociedad*. Madrid: Istmo, 1976.
- VEYNE, P. *Comment on  crit l'histoire*. Paris: Flammarion, 1971.
- VICO, G. *Princípios de uma ci ncia nova*. São Paulo: Abril, 1979.
- WEHLING, A. *A inven o da história: estudos sobre o historicismo*. Niter i: Ed. UFF, 1994.